

Ministro do Desenvolvimento Agrário rebate críticas do MST

15/06/2007

Em entrevista concedida à Agência Brasil nesta quinta-feira (14), o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, rebateu a crítica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de que “a reforma agrária não é uma prioridade do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva”.

O ministro também nega que os empresários do agronegócio tenham ganhado peso político dentro do segundo mandato do presidente Lula, como avalia o movimento. E afirma que o Tesouro Nacional aplica mais dinheiro na agricultura familiar (R\$ 3 bilhões) que em empréstimos para as grandes empresas agroexportadoras (R\$ 2 bilhões).

Para demonstrar a preocupação do governo federal com a questão agrária, Cassel afirmou que o orçamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário passou de R\$ 1,7 bilhão em 2003 (quando da posse do presidente Lula) para R\$ 4,7 bilhões em 2006.

Confira a íntegra da entrevista do ministro Guilherme Cassel:

No 5º Congresso do MST, em Brasília, uma das críticas do movimento é de que a reforma agrária não é uma prioridade do governo Lula.

Guilherme Cassel: O orçamento do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) vem crescendo ano após ano. São os orçamentos que mais cresceram entre todos os ministérios. Em 2003 (ano da posse de Lula), tínhamos o orçamento de R\$ 1,7 bilhões e passamos para R\$ 4,7 em 2006. A reforma agrária é prioridade para o governo Lula. Tem sido nos últimos quatro anos, tanto que nunca se assentou tanta gente nesse país em tão pouco tempo, como nesses últimos quatro anos. Foram 381 mil famílias assentadas, 32 milhões de hectares de terras destinados à reforma agrária. Nunca se destinou tanta terra para a reforma agrária na história desse país. Acho que é importante reconhecer esses avanços. A fuga da realidade nunca é um bom caminho para seguir.

Mas o movimento considera esse número pequeno diante da necessidade. E argumenta que isso seria comprovado pelo fato de que 120 mil famílias ligadas ao MST ainda estão em ocupações.

Cassel: Esse número não é baixo. Eu repito, nunca se assentou tanta gente em tão pouco tempo nesse país. Eu respeito o fato de que o MST possa ter tido e alimentado uma expectativa maior. Eu também gostaria de resolver todo o problema agrário no país num curto espaço de tempo. Mas é preciso ser responsável e realista. A reforma agrária é uma dívida que o país tem consigo mesmo desde o século 19. Ela é uma demanda muito grande, que ninguém com sã consciência e com bom senso acha que pode ser resolvida em dois ou quatro anos. Ela é um processo longo que exige persistência e acima de tudo investimentos permanentes. E é isso que o governo Lula tem feito. Nós investimos só em aquisição de imóveis nesses últimos quatro anos, R\$ 4 bilhões. Nunca na história do país se investiu tanto em reforma agrária. Além disso estamos investindo em infra-estrutura, crédito e qualidade dos assentamentos, para que os assentamentos possam produzir cada vez mais. Então a crítica, do meu ponto de vista, não se sustenta.

Uma crítica do MST ao governo que se acentuou muito neste Congresso é de que o agronegócio para exportação tem mais espaço político dentro do governo Lula. Receberia mais investimento e mais empréstimos que a agricultura familiar.

Cassel: Em primeiro lugar, nenhuma informação oficial ou extra oficial ou nenhuma análise sustenta que o governo Lula priorizou o agronegócio em detrimento da reforma agrária e da agricultura familiar. Pelo contrário. O governo Lula investiu mais em reforma agrária e agricultura familiar do que no agronegócio. Pela primeira vez, inclusive, na história do país, os recursos do Tesouro para subsidiar juros de financiamento agrícola foram maiores para a agricultura familiar do que para a agricultura patronal. Então não é verdadeiro o argumento. Não ajuda na discussão o argumento de que o governo brasileiro prioriza o agronegócio. Não é verdadeiro. Por exemplo, o programa do biodiesel: que é um programa de agroenergia voltado exclusivamente para a inclusão social e para participação da agricultura familiar. É um argumento falso, e como todo argumento falso ele não ajuda na discussão.

O MST considera que a reforma agrária e a agricultura familiar fazem parte de um modelo que é conflitante com o agronegócio para exportação. O avanço do agronegócio tem prejudicado a agricultura familiar?

Cassel: Eu nunca gosto e não acho correto quando a gente joga os nossos problemas para os outros. Os problemas da reforma agrária e da agricultura familiar são problemas da nossa produção, da nossa capacidade de ganhar mercado, de nos organizarmos, de ampliarmos o nosso crédito, de ampliarmos os mecanismos de seguro agrícola, nossas políticas públicas. Portanto, são problemas da órbita da agricultura familiar e dos assentamentos de reforma agrária. Não são problemas dos outros. O Brasil nos últimos quatro anos conviveu com dois modelos: do agronegócio patronal e o da agricultura familiar. E os dois modelos cresceram e geraram frutos muito importantes para o país. Eu acho legítimo a discussão de que o país tem que escolher no futuro qual modelo vai querer. Eu defendo um modelo assentado na agricultura familiar, um modelo com menos latifúndio, com produção diversificada, com menos monocultura, com mais geração de trabalho e renda e que garanta a segurança alimentar para a população. Essa é uma discussão correta. Eu estou de acordo com o MST inclusive, sobre qual modelo devemos escolher. Agora o país está discutindo o desenvolvimento. Eu acho que nos temos que dizer com clareza qual é o desenvolvimento rural que nós queremos. O desenvolvimento que eu defendo, e imagino que o MST também defende é o meio rural com menos latifúndio, com mais gente trabalhando, com menos monocultura e com a produção mais diversificada, que gere mais trabalho e renda.